

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.094 - SP (2019/0301392-8)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : SARA RODRIGUES DA SILVA E OUTRO
ADVOGADOS : SARA RODRIGUES DA SILVA - SP312427
ELISVANE VAZ DOS SANTOS - SP352742
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : P A B
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de P. A. B., apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em face de decisão monocrática que indeferiu liminar em 3/10/2019 (HC n. 2220594-56.2019.8.26.0000) e de acórdão que denegou a ordem em 18/2/2019 (HC n. 2001641-28.2019.8.26.0000).

Consta dos autos que o paciente teve sua prisão preventiva decretada em 5/12/2018 pela suposta prática do delito de estupro de vulnerável, ocorrido no período de julho a novembro de 2018, contra criança de 11 anos de idade, filha de sua namorada. Não há notícias nos autos de que o mandado de prisão tenha sido cumprido.

Na presente impetração, a defesa alega, inicialmente, constrangimento ilegal pela omissão das autoridades coatoras em analisar os fatos supostamente novos trazidos pela defesa na origem, que comprovariam a inocência do paciente.

Argumenta, ainda, não estarem presentes os requisitos legais autorizadores da medida extrema, bem como haver carência de fundamentação concreta e idônea do decreto prisional, destacando a presença de condições pessoais favoráveis ao paciente, que seria primário, de bons antecedentes, com ocupação lícita e residência fixa.

Diante disso, requer, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva do paciente, com a expedição de contramandado de prisão.

Superior Tribunal de Justiça

É o relatório. **Decido.**

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

No caso dos autos, ao menos em juízo de cognição sumária, não verifico manifesta ilegalidade apta a justificar o deferimento da medida de urgência.

De início, não é possível conhecer da alegação de omissão das autoridades coatoras, tendo em vista que, contra as decisões supostamente omissas, a defesa deveria ter interposto recurso de embargos de declaração, a fim de sanar o vício, ou então interpor agravo regimental contra a decisão monocrática do Relator, a fim de submeter a questão ao colegiado competente da Corte estadual, o que não se verifica na espécie.

Ademais, cumpre ressaltar que "*O habeas corpus não constitui via apropriada para afastar as conclusões das instâncias ordinárias acerca da suficiência dos indícios suficientes de autoria delitiva e de provas de materialidade, uma vez que tal procedimento demanda a análise aprofundada do contexto fático-probatório*" (HC n. 491.762/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, Quinta Turma, julgado em 26/2/2019, DJe 8/3/2019).

Quanto aos fundamentos da prisão preventiva, verifica-se que o crime supostamente praticado pelo paciente tem pena máxima cominada em abstrato superior a 4 anos, perfazendo, assim, o requisito previsto no artigo 313, I, do CPP.

Em relação à existência dos requisitos previstos no artigo 312 do mesmo Código de ritos, ao menos em análise perfunctória, tal questão foi devidamente fundamentada, não se verificando a existência de ilegalidade evidente, a qual ensejaria a concessão da liminar, uma vez que as instâncias

Superior Tribunal de Justiça

ordinárias levaram em consideração a gravidade concreta da conduta (estupro de vulnerável contra criança de 11 anos de idade, filha da namorada), bem como o fato de o paciente encontrar-se foragido da Justiça e de ter ameaçado a genitora da vítima, para não ser responsabilizado pelo delito.

Nesse sentido, a jurisprudência desta Corte Superior entende que, *se a conduta do agente – seja pela gravidade concreta da ação, seja pelo próprio modo de execução do crime – revelar inequívoca periculosidade, imperiosa a manutenção da prisão para a garantia da ordem pública, sendo despiciendo qualquer outro elemento ou fator externo àquela atividade* (HC n. 296.381/SP, Relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Quinta Turma, julgado em 26/8/2014, DJe 4/9/2014).

Com efeito, *a condição do recorrente de foragido - desde a decretação da prisão provisória - evidencia a necessidade da segregação cautelar para assegurar o transcurso regular do processo e a aplicação da lei penal.* [...] (RHC 64.186/SP, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, julgado em 24/11/2015, DJe 15/12/2015, grifo nosso).

Também é de se destacar que *segundo o entendimento desta Corte, as ameaças às testemunhas, feitas pelo ora recorrente, representam fundamentação idônea para a prisão cautelar, com base na conveniência da instrução criminal* (RHC 85.300/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 22/03/2018, DJe 03/04/2018).

Sendo assim, a princípio, faz-se necessária a medida extrema para garantia da ordem pública, sendo insuficiente, ao que parece, a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para se aferir a existência de constrangimento ilegal.

Superior Tribunal de Justiça

Vale ressaltar que eventuais condições subjetivas favoráveis, tais como residência fixa e ocupação lícita, não obstam a segregação cautelar, quando presentes os requisitos legais para a decretação da prisão preventiva.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito, o qual deverá ser analisado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus*.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau e ao Tribunal estadual, em especial a respeito de possível captura do acusado, e inclusive o envio da senha para acesso aos dados processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, abra-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator